

## FUNDASP RESPONDE AO OFÍCIO DA APROPUC

Na semana passada a diretoria da APROPUC enviou ofício à Fundasp solicitando agendamento de uma reunião virtual para encaminhar a discussão do Acordo Interno de Trabalho. A Fundasp, através do Padre Rodolpho Perazzolo respondeu ao ofício da associação. Abaixo reproduzimos os dois comunicados.

### Ofício da APROPUC à Fundasp

A diretoria da APROPUC-SP, preocupada com a prorrogação do isolamento social em decorrência da pandemia de COVID-19 e a negociação inconclusa do Acordo Interno dos Professores, solicita agendamento de uma reunião virtual para darmos continuidade ao processo, a partir das negociações já realizadas.

Solicitamos também a possibilidade da aplicação de imediato das duas gratuidades nos cursos de Graduação ou Pós Graduação *stricto sensu* nos cursos oferecidos pela PUC-SP aos filhos de professoras e professores, ou seus dependentes legais (Cláusula 22, Parágrafo Terceiro), até porque a discordância sobre esse ponto se dava por um equívoco de inter-

pretação da cláusula por parte da DRH. Nesse difícil momento que atravessamos, a aplicação imediata dessa cláusula significará um grande alívio aos docentes cujos filhos estão nessa condição.

Os demais pontos que perduram sem consenso, deliberados na Assembleia dos Professores de 12/03/2020, a saber:

1. Estabilidade em período de pré-aposentadoria;
2. Estabilidade para a diretoria da APROPUC;
3. Auxílio doença; "são ainda pontos a ser tratados para podermos concluir as negociações do Acordo Interno 2020-2021.

Aguardamos sua manifestação.

Atenciosamente,  
**João Batista T. da Silva**  
Presidente da APROPUC

### Resposta do Secretário-Executivo da Fundasp

Diante da complexidade do momento histórico que vivemos, absolutamente singular, único, inimaginável, imprevisível, aonde olhando pela janela, real ou virtual, vemos milhões de desempregados; milhares de infectados e mortos; a população vulnerável, pobre, sendo a mais atingida por este vírus mortífero, população já sacrificada e marginalizada; as economias derretendo, no mundo, com previsão de PIBs negativos; uma recessão gigantesca que se anuncia, muito maior do que a do crash de 1929; autoridades políticas desarmadas, particularmente no Brasil o mandatário maior com comportamento genocida, temos lutado para garantir os empregos e o

pagamento dos salários, salários que hoje representam saúde e vida para todos.

Voltando, teremos que repensar a nós mesmos e tudo aquilo que nos cerca, pois nada será como antes! Recolher os cacos, avaliar as fraturas, tentar curar as feridas... voltando vamos nos reunir e discutir não apenas "cláusulas" mas a nossa sobrevivência! Conto com a maturidade de todos e todas; com o senso de realidade!

Esta volta está agora por dias. Até lá vamos nos concentrar no essencial, no dia a dia, na austeridade que o momento exige! Atenciosamente,

**Rodolpho Perazzolo** -  
Secretário-Executivo  
da Fundasp

## PUC-SP prorroga suspensão das aulas

Seguindo as normas dadas pelo governo do Estado de São Paulo a reitoria da PUC-SP prorrogou as atividades acadêmicas e administrativas até 31/5. As atividades essenciais como os laboratórios da

área de saúde terão suas atividades mantidas e as áreas sob a responsabilidade direta da Fundasp também terão a mesma prorrogação. No site a mantenedora informou que continuando "o programa de empréstimos de notebooks

aos alunos bolsistas em razão da suspensão das aulas presenciais, a Fundação São Paulo disponibilizará mais 50 equipamentos aos estudantes da PUC-SP".

A reitoria divulgou uma série de links para acesso

aos setores em isolamento social. Esses links podem ser visualizados em <https://j.pucsp.br/noticia/covid-19-atendimento-remoto-de-setores-da-universidade>

# O genocídio como estratégia de governo

O Brasil, como o resto do mundo, passa por uma das maiores crises de sua história. Mas enquanto boa parte dos governantes do planeta assume o papel de protagonista na luta contra o vírus (muitas vezes de maneira oportunista), o Brasil vive uma situação única onde seu "mandatário" prefere incentivar aglomerações e manifestações contra o isolamento social, proposto como a única alternativa para debelar a pandemia.

Bolsonaro prefere apostar em um desgaste de governadores e prefeitos, que insistem no distanciamento social, enquanto ele, escorado na parte mais retrógrada do capital internacional e do exército brasileiro, prefere ver a morte campear solta pelas terras brasileiras, até que, vencidos, os brasileiros lhes deem razão.

Esse filme já passou em outros grandes centros, é a chamada "imunização de rebanho", já comprovadamente falha em países como a Inglaterra, que mudou radicalmente de estratégia. Nessa perspectiva, 10% das pessoas que entrarem em contato com o vírus vão precisar de atendimento hospitalar. Desses, a metade (5%) devem desenvolver a doença de forma grave, o que num país de 200 milhões de habitantes como o Brasil, pode significar 10 milhões de infectados graves.

O ex-capitão procura minimizar os efeitos do Covid-19, dizendo que 70% da população será contaminada e que tudo não passará de uma gripezinha. A perversidade do argumento ganha contornos mais claros quando se constata que a maioria dos mortos está na faixa de idosos, gente que, para Bolsonaro, só traz prejuízos aos co-

fres públicos, pois constituem-se em mão de obra improdutiva e que só consome verbas com aposentadoria e saúde. A pandemia, que no Brasil começou com infectados vindos da Europa, hoje atinge em cheio as periferias, onde se aglomeram moradores em situação de rua, favelas, cortiços, morros, nos quais não existem condições mínimas de saneamento básico essenciais para afastar a ameaça do vírus.

É claro que a estratégia bolsonarista não poderia se viabilizar sem o ataque constante aos direitos do trabalhador. Boa parte do socorro aos estados está vindo do congelamento de reajustes para servidores públicos, as diversas MPs que estão sendo editadas preveem cortes de salários e contratos de trabalhadores, a não realização de concursos públicos, estancamento na promoção de carreiras. Benefícios como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço são suspensos deixando à míngua trabalhadores aposentados e outros beneficiários que dependem dessa verba mensal. E o pior é que essas medidas são coonestadas por um Congresso reacionário que, em nome da pandemia, tem aprovado esse tipo de medida.

Uma das formas mais pusilânimes de política, o toma lá dá cá, criticada por Bolsonaro em sua campanha, está sendo agora retomada para garantir o apoio parlamentar que estava minguando. As ameaças ao projeto de governo neofascista são rebatidas por uma "guarda palaciana" que investe contra aqueles que, mesmo de uma maneira difusa se opõem ao projeto de governo. Assim manifestações antidemocráticas, apoiadas pelo

próprio presidente, acontecem semanalmente. A burguesia de extrema-direita, dentro de seus luxuosos automóveis conclama seus empregados a voltarem ao trabalho e se exporem ao vírus, enquanto clamam palavras de ordem contra o Supremo Tribunal Federal e o Congresso, potenciais adversários do desgoverno, ironicamente este mesmo Congresso que com Rodrigo Maia permite a escalada da ditadura fascista ao não receber e dar prosseguimento às corretas acusações levantadas por mais de 30 pedidos de impeachment.

Por outro lado, o ataque a diferentes setores da oposição não parte diretamente da boca do presidente, mas se alardeia via um grupo de "ministros-capachos" que procuram isolar os possíveis focos de resistência: Abraham Weintraub, na Educação corta verbas de setores críticos ao projeto neofascista, principalmente daqueles ligados às Ciências Humanas; Regina Duarte, banaliza a vida ao menosprezar a tortura e a morte emarginaliza os trabalhadores da cultura, tradicionais críticos do autoritarismo; Damarens Alves, ironicamente ministra das Mulheres e Direitos Humanos, isola e marginaliza minorias como homossexuais, ateus e negros; Ricardo Salles (já conhecido como Ministro da Destruição Ambiental) e Tereza Cristina (Agricultura) investem contra indígenas e quilombolas para preservar o interesse do agronegócio devastando o território nacional. E na batuta dessa infeliz orquestra está o "Chicago Boy" Paulo Guedes que dá o norte econômico para todas as atitudes que já não cabem em nenhum saco de maldades. Enquanto para os bancos e empre-

sas privadas são aprovados auxílios bilionários, para os trabalhadores sobram migalhas retiradas dos próprios fundos que por eles foram produzidos (como o FGTS e o PIS).

Bolsonaro se aproveita de um momento em que o poder de mobilização da esquerda está fragilizado pelo isolamento social para implementar seu projeto autoritário. Porém os trabalhadores e estudantes continuam se mobilizando e protestando contra a implantação do projeto genocida: as redes sociais são hoje uma ferramenta fundamental para se contrapor aos desígnios do governo central. *Lives*, debates e manifestações se sucedem diariamente. Os painéis já se tornaram uma rotina nas noites brasileiras, enquanto torcidas organizadas de times de futebol, contrariando normas de segurança sanitária, enfrentam nas ruas a horda fascista que defende o presidente.

No dia 12/5 acontece mais uma manifestação de trabalhadores da saúde visando potencializar os distintos focos de resistência dos trabalhadores desse setor no Brasil e no mundo, apontando para a necessidade de que as autoridades assumam o comando do combate à pandemia, revertendo a falta de EPIs e outras necessidades mínimas.

Mas os esforços dos trabalhadores brasileiros devem convergir para a preparação de uma grande greve geral ao fim da pandemia, que mostre toda a resistência acumulada durante meses contra o autoritarismo, os ataques às liberdades democráticas e o projeto genocida de um governo que só tem como resposta às mortes um "E daí?"

E daí, Fora Bolsonaro e Fora Mourão!

# FUNDASP, pague pela crise!

## *Aprofundamento da nossa posição e denúncias relativas à continuidade do semestre à distância na PUCSP*

A suspensão das atividades presenciais na PUC-SP foi realizada no dia 16/03, e o corpo docente passou a se organizar, sob orientação da Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad), para a implementação do semestre à distância. Com isso, bolsistas começaram a sofrer exclusão digital, o que nos demandou um rápido posicionamento em tom de denúncia e exigência de que algo fosse feito imediatamente, de forma que o movimento estudantil, professores e funcionários cobraram a Reitoria para resolver essa situação (assunto que voltaremos a falar mais adiante). Passado um mês e meio de semestre à distância, voltamos para levantar novos pontos e nos posicionar diante de todo esse cenário. Em acréscimo a essa breve contextualização, a PUC-SP recentemente tem criado toda uma publicidade institucional da universidade para construir a imagem de que o semestre à distância está ocorrendo maravilhosamente bem e sendo desejado por todas(os) as(os) estudantes, professoras(es) e funcionárias(os). O que vemos, no entanto, é um abismo entre a imagem pintada na publicidade e a realidade do que estamos passando. Esse é mais um motivo para a publicação deste texto.

A primeira questão colocada é a impossibilidade de se adaptar de forma qualificada cursos presenciais ao formato de ensino remoto. As limitações pedagógicas do formato que, se não é, muito se assemelha à Educação à Distância, comprometem o processo de ensino-aprendizagem das(os) estudantes e docentes, desqualificando a educação. De acordo com alguns estudiosos, os objetivos educacionais devem ser compostos pela dimensão da transmissão dos saberes já consagrados, bem como pela dimensão da construção de novos saberes a partir dos questionamentos e visões distintas de modo ativo no decorrer do processo. Torna-se claro que, diante de uma situação de realização de todas as atividades acadêmicas de modo online, a desqualificação referida se dá justamente porque essa segunda dimensão dos objetivos educacionais se perde totalmente, ou ao menos fica muito dificultada pelo meio virtual (nas palavras de Paulo Freire, seria como a intensificação do modelo de educação bancária,

pautada na lógica da transmissão de conteúdos). Dizemos isso porque são diversos os relatos que comprovam a falta de participação e condições adequadas para a construção coletiva dos saberes neste momento de ensino remoto. Ademais, não podemos perder de vista que a vida universitária extrapola a sala de aula - havendo laboratórios científicos, de mídias, espaços para outros tipos de aulas práticas etc. -, de modo que o semestre à distância não dá conta de substituir espaços comuns vividos em tempos de normalidade. Este é somente um primeiro ponto.

Em relação à situação das(os) estudantes, podemos citar diversas dificuldades que temos enfrentado, de forma que o aproveitamento do semestre está sendo prejudicado. Vale destacar, antes disso, que cada faculdade, curso e turma vem lidando de forma diferente com a obrigatoriedade de manter o semestre. Assim, as dificuldades aqui trazidas não expressam a totalidade, mas partes expressivas do conjunto das(os) estudantes. Em vários cursos, estamos tendo prazos mais apertados, demandas de trabalho e realização de provas inflexíveis que não foram nada dialogadas e sequer levam em consideração os diferentes problemas que estudantes podem estar sofrendo nessa situação de quarentena (problemas estes, inclusive, relacionados à saúde mental, tal como ansiedade, depressão e até mesmo situações de luto - afinal, não é como se nada estivesse acontecendo). Em um período em que se deveria prezar pelo autocuidado e o cuidado com os nossos, o que está havendo é uma sobrecarga de trabalhos que desrespeitam os limites objetivos e subjetivos do corpo docente. Um outro problema grave que está acontecendo para estudantes pagantes é a manutenção das mensalidades por parte da Fundação São Paulo (FUNDASP), que aparentemente ignora todo o novo cenário. A propósito, se a infraestrutura dos campi não está sendo usufruída e as aulas não estão sendo ofertadas com a mesma qualidade do ensino, por que está ocorrendo a manutenção do valor das mensalidades? Voltaremos a essa pergunta adiante, mas o que cabe dizer aqui é que, com o contexto de quarentena, muitos estu-

dantes pagantes já tiveram que abandonar a universidade e trancar o curso diante da impossibilidade do pagamento das mensalidades, sem contar aqueles que terão que fazê-lo futuramente, caso assim continue.

No que diz respeito particularmente a nós, bolsistas e estudantes do FIES, estamos enfrentando, como já descrito em outros momentos, a falta de equipamentos e condições básicas necessárias para o acompanhamento do semestre à distância. Apesar de ter havido uma política de empréstimo de computadores e pacote de dados realizado pela universidade (medida essa que foi amplamente divulgada com publicidade paga), devido à falta de organização e vontade política da própria instituição para encontrar e atender a todas(os) as(os) bolsistas que necessitam dessa ação de permanência, a realidade é que muitas(os) de nós ficaram de fora da primeira e segunda leva de equipamentos emprestados. Para tentar minimizar esses danos, o Coletivo realizou um levantamento de bolsistas que ainda precisam do empréstimo. Com esses dados nas mãos, e exigindo que haja uma nova leva, o que obtivemos de resposta foi que o prazo para a solicitação de empréstimos já passou, as negociações finalizaram e que, ainda, foi dada a prioridade de realização dos empréstimos para os que mais necessitam. Isso significa que dezenas de bolsistas não estão sendo abarcados nessa política de permanência, e que, por isso, não têm condições nenhuma de seguir o semestre! Estamos nos movimentando e convocamos que todos se movimentem organizadamente para não aceitar essa exclusão de maneira alguma.

Dessa forma, a despeito de uma peça publicitária com a hashtag "Fique em casa, mas não pare", a realidade é que muitas(os) estudantes estão sem condições objetivas (por conta das mensalidades, da exclusão digital etc.) e também sem condições subjetivas para continuar. A nosso ver, esse discurso explicita mais uma vez o caráter elitista da PUC-SP. Assim, fazemos algumas perguntas: qual PUC-SP que não parou? E, não tendo parado, como pode haver qualidade da educação nestas condições? Para a PUC-SP, há qualidade da educação quando alguns fi-

cam para trás?

Todo o problema, no entanto, não se encerra no corpo docente. Realizando a análise dessa situação pelo prisma das(os) docentes, rapidamente identificamos problemas de mesma gravidade. Com a exigência atravessada de manutenção das atividades obrigatórias a qualquer custo, um primeiro desses problemas está sendo a superexploração do trabalho docente. Do que pudemos constatar, está se exigindo que nossas(os) professoras(es) trabalhem muito mais do que já trabalham, valendo destacar que sem qualquer remuneração adicional por isso, para adaptar forçadamente os conteúdos e a didática das disciplinas para o meio remoto, sendo que essas atividades extras estão sendo impostas e de caráter obrigatório às(aos) docentes. Ainda, as numerosas reuniões para tal adaptação, o atendimento das demandas que vêm das(os) estudantes, das coordenações, das faculdades e da Reitoria (tal como a manutenção de prazos do semestre), e o trabalho online que parece dissolver ainda mais qualquer limite da jornada de trabalho diária enfatizam nossa tese sobre essa superexploração. Não somente em termos de quantidade, a qualidade do trabalho também mudou. Professoras(es) estão tendo que ficar horas e horas gastando seus olhos em frente ao computador e, muitas vezes, gastando ainda mais suas vozes com "palestras" de longa duração que acabam por substituir as aulas que deveriam ser interativas e participativas. Como se nada disso bastasse, apesar dos treinamentos feitos às pressas no início da quarentena, a adaptação tecnológica ainda traz muitas dificuldades.

Em resumo, não há condição de trabalho adequada para o corpo docente. E, tal como está ocorrendo com as(os) estudantes, as condições subjetivas dessa sobrecarga e de todo o contexto de quarentena (que exige cuidado, não produção excessiva!) também não estão sendo consideradas e respeitadas. Com tudo isso, fazemos outra pergunta: para a PUC-SP, a educação é possível com a superexploração do corpo docente?

Por último, em relação à condi-

**Continuação na página seguinte**

## Continuação da página anterior

ção das(os) funcionárias(os), a grande maioria destes, que estão trabalhando via Home Office, também enfrentam graves problemas. O primeiro deles refere-se ao fato de que, como não há regulamentação desta forma de trabalho, as despesas da universidade com energia elétrica, internet, plano de telefonia, equipamentos como computadores, celular e softwares são transferidas para os próprios trabalhadores, que continuam recebendo o mesmo salário, porém com aumento de suas despesas pessoais. Outro problema, tal como ocorre com o corpo docente, é também a superexploração e a jornada de trabalho diária interminável. Sobre isso, é preciso destacar, de início, que houve sobrecarga de trabalho para as(os) funcionárias(os) da área de tecnologia, já que são essas(es) que tratam de garantir a adaptação e manutenção das atividades acadêmicas ao meio digital. E diferente de quando se está na universidade em que os horários de trabalho são bem definidos, inclusive batendo cartão, quando essa jornada se transfere para o ambiente doméstico, os limites não estão claros. Desde o momento em que se acorda até a hora de dormir, é possível que tudo seja trabalho. Isso se agrava ainda mais quando nem todas(os) as(os) funcionárias(os) possuem os equipamentos tecnológicos para realizar Home Office, condição que faz com que a carga dos que podem realizar esse trabalho seja aumentada, já que precisam cobrir os demais.

Vale lembrar que, tal como para o corpo discente e docente, não há respeito aos limites objetivos e subjetivos desses trabalhadores, que passam por igual ou até mesmo maior dificuldade no enfrentamento da crise neste contexto de COVID-19. Ainda mais com salários iguais, mas despesas impostas e demanda de trabalho aumentadas, não acreditamos que está tudo ocorrendo de maneira razoável e muito bem feita, como insiste a narrativa institucional da PUC-SP. Assim, a condição dos três setores nos leva a uma nova pergunta: por que há, a despeito de todas essas condições, a tentativa de manter o semestre a qualquer custo?

Por parte da FUNDASP, o que se exige dos docentes é o registro formal de que as atividades acadêmicas estão ocorrendo (por meio da plataforma Moodle, comprovando que as disciplinas estão sendo ministradas e o semestre acontecendo). A importância de tal registro para a Fundação São Pau-

lo não é pela preocupação com desenvolvimento das atividades acadêmicas, mas sim pela comprovação para o MEC de que a universidade está funcionando, e assim, a manutenção da cobrança das mensalidades possa continuar sendo efetivada. Sendo essa a razão pela qual as atividades obrigatórias seguem independente da forma, fica explicada também a necessidade de fazer intensas publicidades pouco verdadeiras sobre a totalidade da situação. E a narrativa ocorre tal como se dá hegemonicamente no mercado. Quando nos deparamos com o já apresentado esforço monumental das(os) professoras(es), em conjunto com funcionários, o discurso vindo da instituição é de solidariedade entre as categorias, exaltando a suposta união entre os “gestores” e o conjunto de docentes e funcionárias(os) para viabilizarem o falido primeiro semestre de 2020, neste momento muito difícil que exige muita adaptação. É bem verdade que estamos num momento muito difícil, mas esse discurso serve principalmente para manter o objetivo da FUNDASP, isto é, a manutenção da cobrança das mensalidades, que é completamente diferente das preocupações das(os) docentes, comprometidas(os) eticamente com a garantia da qualidade da educação na PUC-SP.

Para compreendermos ainda mais a gravidade da situação, devemos nos atentar para o fato de que o formato da Educação à Distância (EaD) já estava sendo implementada na PUC-SP antes da crise do COVID-19 (vide, por exemplo, a nova proposta de reforma das Licenciaturas que prevê 7% de aulas remotas, segundo a coordenação do curso de História). Isso, junto com as análises sobre o cenário geral do ensino superior privado no Brasil, nos permite hipotetizar que as estruturas e formas de trabalho que estão se desenvolvendo às pressas para aquilo que está sendo chamado de ensino remoto não serão completamente descartadas após o fim da pandemia. Dizendo de outra forma, nos parece que todas as construções feitas até aqui não são meramente uma saída para as aulas continuarem no período de isolamento (que implicam na manutenção das mensalidades), mas também a aplicação de um teste, em uma universidade de elite como a PUC-SP, de caminhos possíveis para a maximização de lucros com a EaD. Essa forma de universidade que se desenvolve com a superexploração dos trabalhadores e a mercantilização da educação já ocorre nas universidades privadas de massa (UNIP, UNINOVE,

UNICSUL, FMU, etc), em que a EaD já é uma ferramenta largamente utilizada que possibilita os lucros dos grandes conglomerados da educação (Kroton-Anhanguera, Anima, Estácio, Ser e Laureate).

Diante de todo esse cenário, resgatamos aqui a acertada decisão de suspensão do calendário acadêmico das diversas universidades estaduais e federais do país (UnB, UEL, UFPR, UFPA, UFBA, UFT, UNESP, UFSCar, para ficar em alguns exemplos). A diferença referente à manutenção das aulas na grande maioria das universidades privadas, PUC-SP inclusa, está na decisão política de manutenção da cobrança de mensalidades e possíveis testes referentes à implementação da EaD. O que vemos, então, é que - no caso das universidades privadas - quem paga pela crise de um semestre perdido são as(os) estudantes, que têm sua formação acadêmica e profissional prejudicada, e professoras(es) e funcionárias(os), com suas condições de trabalho ainda mais precárias. A nossa posição é a de que a FUNDASP pague pela crise, e não nós, estudantes e trabalhadoras(es) desta universidade.

É claro que uma possível suspensão ou cancelamento do semestre colocaria diversas questões no nosso contexto, inclusive sobre a permanência das(os) bolsistas. Muitos de nós viemos de outras cidades ou estados e somos financiados por nossas famílias, às vezes com muitas dificuldades, e fazer um semestre a mais significaria mais um semestre de despesas com moradia e alimentação. Apesar da pertinência dessas questões, e muitas outras que surgem com a complexidade da situação que vivemos, outras igualmente importantes estão colocadas se continuarmos com o semestre à distância, questões essas já feitas ao longo do texto. É importante destacar que qualquer um desses problemas levantados precisam ser discutidos amplamente e em conjunto com toda a universidade. Ainda, é em um momento de crise como este que as políticas de permanência precisam ser ainda mais reafirmadas pela PUC-SP, e não escanteadas como se está fazendo. Nossa posição é para que não haja nenhum bolsista a menos!

Infelizmente, por todos esses pontos que apresentamos detalhadamente, fazemos a avaliação de que o semestre já está comprometido (especialmente para as/os bolsistas e trabalhadoras/os), e que, sendo assim, precisamos reivindicar a suspensão das atividades de caráter obrigatório enquanto vigorar a quarentena (e que ela

dure até a situação de saúde coletiva do país voltar à normalidade), de modo que o calendário escolar seja reorganizado junto às(aos) estudantes, docentes e funcionárias(os). Defendemos essa medida não com a falta de compreensão da complexidade da situação, mas justamente por considerá-la e buscar reduzir os piores danos a curto, médio e longo prazo, a considerar a nossa classe. Informamos que, mais do que nunca, estamos absolutamente abertos ao diálogo e ao debate fraterno para reiterar ou rever nossos diagnósticos e reivindicações apresentados nesta nota. O que nós nos negamos a fazer é seguir sem denunciar a falsa aparência de normalidade que vem sendo pintada pela PUC-SP.

Assim, sinteticamente, reivindicamos:

Suspensão total das atividades acadêmicas obrigatórias, ou seja, não realização do ensino remoto enquanto durar a quarentena, por meio da não realização de aulas, trabalhos e provas obrigatórias, bem como a não computação de faltas/realização de chamadas. Isso não impede, todavia, a realização de qualquer atividades acadêmicas não obrigatórias, visto que os vínculos e trocas de experiências estão sendo importantes para amenizar os efeitos do isolamento social.

Manutenção dos salários e de todos os direitos de professores e funcionários, inclusive de condições dignas de trabalho. Além disso, reivindicamos, junto com a suspensão das atividades obrigatórias, a suspensão da cobrança das mensalidades, não onerando as(os) estudantes por essa crise. Se é verdade que não há forma de manter o salário das(os) professoras(es) e funcionários com a suspensão do pagamento das mensalidades, que a FUNDASP prove essa condição financeira com a abertura detalhada de suas contas, dando acesso público permanente a elas.

Por último, diante da infeliz continuidade das atividades obrigatórias à distância, defendemos como reivindicação mínima que todas(os) as(os) estudantes tenham acesso às políticas de permanência, pensadas de forma universalizadas (e não limitadas, como estão ocorrendo), a fim de que não haja nenhuma exclusão digital de bolsistas. Finalmente, enfatizamos que nossa luta nunca cessará pela reivindicação que nos é máxima:

Que a universidade se pinte de povo!

# Pelo direito de prorrogação dos prazos da pós-graduação

Nós, estudantes dos Programas de Pós-Graduação stricto-sensu da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), por meio deste manifesto, reivindicamos a faculdade da prorrogação dos prazos referentes às atividades e aos requisitos obrigatórios para nossa titulação.

Como se sabe, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), importantes medidas de isolamento social foram adotadas com a finalidade de reduzir o contágio da doença. Ocorre que ainda que muitas atividades possam acontecer de forma virtual, tantas outras foram prejudicadas (por exemplo, as pesquisas de campo se tornaram impossíveis, nem todas as obras da biblioteca são disponíveis virtualmente, existem

acervos e órgãos que estão simplesmente fechados, e eventos e congressos foram suspensos).

Tal situação, além de prejudicar diretamente o desenvolvimento dos trabalhos, artigos, teses e dissertações, também gera bastante incômodo emocional e afeta a saúde mental de muitos pós-graduandos e pós-graduandas. Além disso, nem todos os estudantes se sentem confortáveis para realizar bancas (de qualificação e/ou defesa) durante o atual período de isolamento (ainda que sejam bancas virtuais).

No final de abril, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) publicou a Portaria nº 55/2020, que dispõe sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas

de mestrado e doutorado no país da CAPES, no âmbito dos programas e acordos de competência da Diretoria de Programas e Bolsas no País, e exclusão da variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação dos programas no quadriênio 2017-2020. Pelo que dispõe a portaria, é possível concluir que a prorrogação dos prazos da PUC-SP não irá interferir na avaliação dos programas, de modo que a adoção de nossa reivindicação não irá prejudicar a universidade.

Neste sentido, reivindicamos que a PUC-SP adote procedimentos para permitir a prorrogação facultativa – e automática – de prazos referentes às atividades e aos requisitos obrigatórios para a titulação nos Programas de Pós-Graduação, sem necessidade de

prévia autorização de cada departamento e orientador(a), o que poderia constrições de alguma forma o exercício dessa faculdade/direito pelos alunos, já que existe nesse caso uma clara hierarquia acadêmica.

Reivindicamos, portanto, que a possibilidade de prorrogação (ou não) dos prazos seja um direito do(a) pós-graduando(a), uma vez que se trata da pessoa mais abalizada para fazer a avaliação dos efeitos da crise em suas atividades (independentemente de autorização do respectivo orientador).

São Paulo, 04 de maio de 2020.

**Associação de Pós-Graduandos da PUC-SP - APG-PUC-SP**

## Live une professores das APROPUCs de São Paulo e Campinas

Na sexta-feira, 8 de maio, aconteceu a *live* "Ser Professor em tempos de pandemia: Um diálogo entre APROPUC Campinas e APROPUCSP". O debate contou com a presença dos professores Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hugo A. Matos, Silvana Suaiden e a mediação de Lilian Lima.

Para o presidente da APROPUC-SP o planeta enfrenta uma pandemia provocada pelo Covid-19 desde dezembro de 2019, que teve início na China, e foi se alastrando, rapidamente, para outros países. Maio registrou mais de 250 mil mortes em todo mundo, 10 mil em território brasileiro. Assim, os estados tiveram que se adaptar a uma nova rotina para garantir a saúde do cidadão e evitar que a pan-

demia alcançasse picos e a taxa de mortalidade subisse. O Estado de São Paulo declarou quarentena desde 24 de março, determinando-se o fechamento de estabelecimentos, exceto os essenciais, que provocassem qualquer tipo de aglomerações. O ensino também precisou se adaptar e as aulas presenciais foram substituídas por aulas a distância (EAD).

O corpo docente da PUC-SP já enfrentava dificuldades muito antes da pandemia. Questões referentes a contrato de trabalho, demissões em massa, encerramento de carreira, tentativa de instalação da biometria dos professores, entre outros. Hoje os professores veem-se submetidos a uma rápida aprendizagem de

novas ferramentas virtuais, reformulação de programas diante do novo quadro, disciplinas que não se adaptam ao formato EAD, questões referentes às gravações (como direito de imagem e liberdade de cátedra), a dificuldade de acesso para alguns estudantes, sobrecarga psicológica que afeta toda a comunidade, além do problema das mensalidades para os estudantes.

Já a professora Bia Abramides analisou as condições dos trabalhadores, de forma geral, para ela a pandemia atingiu em nível internacional a economia. Uma crise sanitária que está vinculada com a crise estrutural do capitalismo no plano internacional e se abateu sobre a classe

trabalhadora na esfera do trabalho e da cultura. No Brasil houve uma investida neoliberal, que vem desde os anos 80, precarizando a forma de trabalho com o aumento da terceirização entre outras consequências. O atual governo aprova medidas que vão contra a luta dos trabalhadores como a carteira verde amarela ou a MP que possibilita os empresários, na pandemia, reduzir até 70% da jornada e salário dos trabalhadores. Em um Estado como São Paulo, que tem o maior número de infectados do país, defende-se isolamento mas sem condições para que isso ocorra, pois os mais empobrecidos não têm condição de viver sem salários.

# ROLA NA RAMPA

## Professores continuam com atividades nas redes sociais

Esta semana continuam as *lives* e debates reunindo professores da PUC-SP e de outras instituições de ensino pela internet. Entre outras teremos:

**11/5 - 19h - Serviçosociafama (Instagram) - Produção destrutiva do capital e do capitalismo** - live que faz parte da semana Acadêmica do Curso de Serviço Social com as professoras Bia Abramides do Serviço Social da PUC-SP e diretora da APROPUC e Adriana Brito (mediadora).

### Os múltiplos desafios na era da pandemia da Covid-19 (#VC na PUC)

12/5 -Um olhar sob a ótica da Ciência de Dados - Jefferson Silva

13/5 Um olhar sob a ótica da Psicologia - Marcia Almeida Batista

14/5 -Um olhar sob a ótica da Gestão da Pessoa com Deficiência - Leila Bagaiolo

15/5 -Um olhar sob a ótica da Educação e das Tecnologias Educacionais - Beth Almeida Todas as *lives* acontecem às 18hs.

**12/5 - 16hs - Desafios do Trabalho Profissional: A Crise Sanitária no Interior da Crise do Capital ([www.facebook.com/tvpucsp/](http://www.facebook.com/tvpucsp/))** - *Live* em comemoração ao Dia do Assistente Social com Maria Carmelita Yasbeck (coordenação - Serviço Social PUC-SP) - Bia Abramides (Serviço Social PUC-SP), Raquel Raichelis (Serviço Social - PUC-SP), Murílio Matos (UFRJ), Nicole Araujo (Direção do CRESS- SP)

**13/5 - 18hs - As Cidades Globais e os Desafios da Pandemia - ([tiny.cc/painelcidas](http://tiny.cc/painelcidas)).** *Live* promovida pelo Mestrado Profissionalizante em Governança Global (RI), com a coordenação de Bárbara Blum (Graduada em RI pela PUC-SP) e a participação de Bruno Fonseca, João Paulo Charleaux, Roberto Simon e Yan Boechat.

**14/5 - 16hs - Os desafios do Trabalho Profissional: Crise Sanitária e Proteção Social - ([www.facebook.com/tvpucsp/](http://www.facebook.com/tvpucsp/))** Segunda *live* em comemoração ao Dia do Assistente Social Profs Maria do Socorro Reis Cabral, Aldaiza Sposati, Ester Vargem, Graziela Acquaviva e Elizabeth de Melo Rico (coord).

**14/5 - 20hs - Crianças e jovens sob a pandemia ( [bit.ly/conversa-caolibertaria5](http://bit.ly/conversa-caolibertaria5))-** *Live* com a professora Salete Oliveira da PUC-SP, dentro do projeto Conversação Libertária na Soma On-line.

**18/5 - 19hs - O Trabalho do Assistente Social e os Desafios Postos na Atual Conjuntura. (@unit\_pe )** - *Live* com Bia Abramides, André França e Rizete Costa.

## APROPUC comunica adiamento de suas eleições

Como é do conhecimento de toda comunidade acadêmica inúmeras medidas governamentais e não-governamentais foram adotadas no sentido de evitar aglomeração de pessoas, bem como adotar o isolamento social, medida assumida pela PUC-SP desde o dia 16/03/2020, para diminuir a propagação do coronavírus, causador da COVID-19.

Diante dessas recomendações sanitárias, da prorrogação da quarentena em curso no Estado de São Paulo, do fechamento das instalações da PUC-

SP, a Diretoria da APROPUC, acatando o aconselhamento da assessoria jurídica da entidade, se viu obrigada a postergar o início do processo eleitoral destinado a compor a diretoria da associação para o biênio 2020/2022 para data posterior à suspensão das medidas de isolamento social ora em vigor.

A nova data para o início do processo eleitoral será informada aos associados assim que as medidas restritivas em curso forem suspensas.

**Diretoria da APROPUC**

## Publicação homenageia Heleieth Saffioti

A publicação on-line Marxismo 21 presta neste mês merecida homenagem à ex-professora da PUC-SP Heleieth Saffioti, por ocasião do 10 anos de sua morte. A obra de Heleieth, afastada da PUC-SP em 2006 por conta da demissão em massa provocada naquele ano, foi pioneira no Brasil ao demarcar duas relações de extrema importância para a luta socialista: a condição da mulher e a luta de classes; o marxismo e a questão feminista.

Seu livro mais importante foi *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, publicado em livro em 1969 e reeditado em 2013. Para a professora, "o impasse diante do qual se vê colocada a sociedade de classes". Frente às contradições inerentes ao sistema capitalista de produção, sua tese reconhece a posição da mulher na sociedade de classes, sem desconsiderar sua especificidade no sistema de produção onde homens e mulheres são explorados.

O dossiê Heleieth Saffioti pode ser consultado em <https://marxismo21.org/o-feminismo-marxista-na-atualidade/>

## Mantenedoras propõem reajuste zero

As negociações salariais entre o Sinpro-SP e o Sindicato das Mantenedoras do ensino superior encontram-se num impasse pois o Semesp está propondo reajuste 0% para este ano e suspensão de algumas cláusulas da Convenção Coletiva. Segundo o Sinpro-SP "As mantenedoras alegam inadimplência e evasão para não reajustar os salários em 2020. Também aceitam renovar a Convenção Coletiva, desde que algumas cláusulas permaneçam suspensas durante o estado de calamidade pública. Entre elas, garantia semestral de salários, férias coletivas e redução de carga horária". A proposta foi prontamente recusada pelos sindicatos de professores e uma nova negociação deve acontecer nos próximos dias. O Acordo Interno de professores e funcionários da PUC-SP também teve suas negociações suspensas enquanto perdurar o isolamento social, mas as cláusulas do acordo de 2019 continuam valendo durante esse período.